

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1561981 - SP  
(2019/0236305-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : AUTO POSTO MARAPE LTDA**  
**ADVOGADOS : LUCIANE ARANTES SILVA KUTINSKAS -**  
**SP139858**  
**RAFAEL DE ALENCAR ARARIPE CARNEIRO -**  
**DF025120**  
**AGRAVADO : LEONEL GODOY PESSOA**  
**AGRAVADO : MARIA ANTONIETA CESARINO PESSOA**  
**ADVOGADO : BRUNO COSTA BEHRNDT - SP305548**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO RENOVATÓRIA – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR.

**1.** Não há falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/15, porquanto todas as questões fundamentais ao deslinde da controvérsia foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, sendo que não caracteriza omissão ou falta de fundamentação a mera decisão contrária ao interesse da parte, tal como na hipótese dos autos. Precedentes.

**2.** O Tribunal de origem fixou o valor devido à título de aluguel com base na análise do acervo fático-probatório dos autos, notadamente o laudo pericial. Para, acolher a tese do recorrente, no ponto, seria necessário o reexame de fatos e provas, providência vedada em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7/STJ. Precedentes.

**3.** É inadmissível o recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido apto, por si só, a manter a conclusão a que chegou a Corte estadual. Incidência da Súmula 283 do STF.

**4.** A jurisprudência desta Corte Superior entende que a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencidos na demanda, bem como a verificação da existência de sucumbência mínima ou recíproca, encontram inequívoco óbice na Súmula 7/STJ, por revolver matéria eminentemente fática. Precedentes.

**5.** Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti

# *Superior Tribunal de Justiça*

e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi  
Relator